

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA – PE  
CONCURSO PÚBLICO**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

**NOME:**

**CPF:**

**NÍVEL: SUPERIOR**

**CARGO: 02 – CONTROLADOR INTERNO**

**Leia com atenção:**

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



## 15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Médicos alertam para riscos de cirurgia de mudança da cor dos olhos

Danos causados por tatuagem da córnea podem ser irreversíveis

A mudança da cor dos olhos por meio de pigmentação feita em intervenção cirúrgica é procedimento de alto risco, com resultados irreversíveis, e deve ser realizado apenas sob estrita recomendação médica. O alerta é do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que chama a atenção para publicações em redes sociais de pessoas que alegam terem se submetido à chamada ceratopigmentação com fins meramente estéticos, mais conhecido como tatuagem da córnea.

Na maioria das vezes, tal procedimento é indicado somente para pacientes com cegueira permanente (ou com baixa visão extrema) com o objetivo de tentar recuperar a aparência de um olho normal. Dentre os problemas que podem ser causados pelo uso indevido dessa técnica estão o surgimento de lesões na córnea, que podem ser persistentes e levar à perfuração do olho, infecções graves (até no interior do olho), e aumento da pressão dentro do olho.

*Pacientes que já usaram a técnica informam dificuldade de enxergar, dor no olho, ardência, sensação de areia, aversão à luz e lacrimejamento persistente. Todas essas situações podem levar à redução da visão do paciente, seja na periferia ou no centro da visão, evoluindo, em alguns casos, para a cegueira permanente.*

Na chamada “tatuagem da córnea”, ou ceratopigmentação, é empregada uma técnica cirúrgica na qual micropigmentos de diferentes cores são implantados nas camadas mais internas da córnea para alterar sua coloração. O procedimento é destinado, principalmente, ao tratamento de manchas brancas que acometem os olhos de pacientes cegos.

“Muitos pacientes que apresentam cegueira permanente em um olho sofrem com o estigma social que sua aparência pode provocar. A ceratopigmentação é uma técnica indicada para casos em que o paciente cego não se adapta à lente de contato cosmética (lente de contato colorida), ou quando não há indicação de evisceração ou enucleação (retirada do globo ocular) para adaptação de prótese ocular”, esclarece a cirurgiã oftalmologista Juliana Feijó Santos.

“É importante enfatizar que a ceratopigmentação refere-se apenas à coloração corneana, sendo a modificação da coloração escleral (a parte branca do olho) totalmente proscrita (não deve ser realizada)”, destaca.

A ceratopigmentação ganhou visibilidade no país nos primeiros dias de 2024 após a publicação de vídeo em rede social no qual uma brasileira com visão saudável afirma que realizou a cirurgia para mudar a cor dos olhos na Suíça. As imagens foram compartilhadas na página da clínica responsável pelo procedimento e já ganharam mais de 14 milhões de visualizações.

No Brasil, o uso da ceratopigmentação para fins estéticos é desaconselhado pelo CBO em pacientes saudáveis. Segundo o conselho, o procedimento é recomendado exclusivamente para pessoas que perderam a visão e pode ser realizado apenas quando

a córnea já está comprometida. O Conselho Federal de Medicina (CFM) também não autoriza o uso da técnica com essa finalidade.

“Como em todos os procedimentos cirúrgicos, os principais riscos são de infecção e inflamação do olho operado”, alerta Juliana Feijó, especialista em córnea. Ela ressalta ainda que são poucas as evidências científicas dos efeitos de longo prazo do uso de pigmento no estroma corneano, corroborando a necessidade de cautela na busca pela ceratopigmentação. Outro ponto do alerta do CBO vem do fato da ceratopigmentação dificultar futuros exames e procedimentos oculares, como o mapeamento de retina e a cirurgia de catarata.

Segundo a médica, mesmo como prática reparadora usada no atendimento de pacientes cegos, a cirurgia só deve ser realizada em um cenário em que sejam observados cuidados de biossegurança e com uma boa orientação pós-operatória, pois trata-se de um ato médico invasivo e de alto risco.

“É muito importante estar atento ao estado prévio do olho a ser operado, uma vez que a patologia de base pode influenciar nas intercorrências, como perfurações em córneas finas, neoplasias [tumores] não diagnosticadas previamente, ou até o desenvolvimento de herpes ocular, ou rejeição de um transplante de córnea preexistente”, acrescenta Juliana.

Quanto à infraestrutura do local do atendimento, o CBO diz que deve ser realizado em centro cirúrgico e com o paciente anestesiado. No pós-operatório, é imprescindível um seguimento clínico e uso correto dos colírios, para redução de riscos. Para pessoas que pretendem mudar sua imagem com a mudança na cor dos olhos, a indicação é de uso de outras estratégias, bem mais seguras.

De acordo com a presidente do CBO, Wilma Lelis, pessoas com boa saúde ocular que, por motivos estéticos, desejem mudar a cor dos olhos têm como melhor alternativa o uso de lentes de contato cosméticas. Wilma alerta que mesmo elas devem ser usadas sempre com acompanhamento de um oftalmologista e os cuidados de higiene adequados, visto que a lente também interfere na biologia lacrimal e da superfície ocular com potenciais riscos.

“O CBO recomenda que, em qualquer situação, medidas que possam trazer impacto na saúde ocular sejam amplamente discutidas com um médico oftalmologista. Ao fazermos essa orientação, com base em conhecimento técnico e científico reconhecido, queremos proteger a saúde da população e chamar a atenção para eventuais riscos aos quais pode ser exposta desnecessariamente”, concluiu Wilma.

(<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/saude-e-bem-estar/2024/01/15658069-medicos-alertam-para-riscos-de-cirurgia-de-mudanca-da-cor-dos-olhos.html> . Acesso em 12/01/2024)

1. Pode-se afirmar do texto que:

- A. A mudança da cor dos olhos pode ser realizada através de intervenção cirúrgica, sem precauções, por meio da ceratopigmentação.
- B. A busca da mudança da cor dos olhos, por questões estéticas, cresceu nos últimos anos devido à propagação da ceratopigmentação nas redes sociais.
- C. As ressalvas discutidas na área médica em relação à ceratopigmentação destacam os agravos do procedimento quando realizado unicamente por intento estético.
- D. Há o predomínio de pessoas jovens, principalmente no Brasil, interessadas em correr os riscos para a realização de uma cirurgia com o objetivo de mudar a cor dos olhos.
- E. As contraindicações para a realização de cirurgia para mudar a cor dos olhos atenuaram-se no Brasil e na Europa.

2. No trecho: “queremos proteger a saúde da população e chamar a atenção para eventuais riscos aos quais pode ser exposta desnecessariamente”, concluiu Wilma.”, o elemento coesivo em destaque retoma o termo:

- A. saúde da população
- B. chamar a atenção
- C. população
- D. (nós) queremos
- E. eventuais riscos

3. No fragmento: “tal procedimento é indicado”, o termo destacado exerce a mesma função sintática do elemento sublinhado em:

- A. “... é imprescindível um seguimento clínico”.
- B. “Para pessoas que pretendem mudar sua imagem” .
- C. “a cirurgia só deve ser realizada em um cenário”.
- D. “pode ser exposta desnecessariamente”.
- E. “quando a córnea já está comprometida.”

4. Em: “Ao fazermos essa orientação, com base em conhecimento técnico e científico reconhecido, queremos proteger a saúde da população ...”, a oração destacada classifica-se como:

- A. subordinada substantiva subjetiva reduzida de particípio
- B. subordinada adjetiva explicativa reduzida de gerúndio
- C. coordenada sindética conclusiva
- D. subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo
- E. subordinada adverbial condicional

5. No fragmento: “É muito importante estar atento ao estado prévio do olho”, destaca-se sintaticamente um:

- A. complemento nominal
- B. aposto explicativo
- C. objeto indireto
- D. predicativo do objeto
- E. adjunto adnominal

6. Assinale a alternativa cujo emprego do pronome não respeitou a norma culta:

- A. Os procedimentos onde põem em risco a saúde são constantes.
- B. Estar atento aos cuidados com a saúde é necessário para mim.
- C. Não descarte os alertas para uma boa saúde, entenda-os.
- D. Uma boa saúde envolve cuidados diariamente com nós mesmos.
- E. A cirurgia faz-se necessária após um diagnóstico médico preciso.

7. Analise os trechos a seguir e marque a alternativa que apresenta um verbo pronominal:

- A. “têm como melhor alternativa”
- B. “não se adapta à lente”
- C. “também interfere na biologia”
- D. “e chamar a atenção”
- E. “que acometem os olhos de pacientes cegos.”

8. No trecho: “... o CBO diz que deve ser realizado em centro cirúrgico e com o paciente anestesiado.”, a palavra destacada consiste em um (a):

- A. pronome relativo
- B. preposição aditiva
- C. conjunção explicativa
- D. conjunção integrante
- E. conectivo consecutivo

9. No trecho:

“A ceratopigmentação ganhou visibilidade no país nos primeiros dias de 2024 após a publicação de vídeo em rede social no qual uma brasileira com visão saudável afirma que realizou a cirurgia para mudar a cor dos olhos na Suíça. As imagens foram compartilhadas na página da clínica responsável pelo procedimento e já ganharam mais de 14 milhões de visualizações.”, tem-se predominantemente a função da linguagem:

- A. emotiva
- B. referencial
- C. fática
- D. conativa
- E. poética

10. No período: “Como em todos os procedimentos cirúrgicos, os principais riscos são de infecção e inflamação do olho operado”, o vocábulo sublinhado estabelece uma relação semântica de:

- A. conformidade
- B. causalidade
- C. comparação
- D. condição
- E. concessão

11. No trecho: “No pós-operatório, é imprescindível um seguimento clínico”, o emprego da vírgula se justifica por separar:

- A. termos de mesma função sintática
- B. um adjunto adverbial deslocado
- C. um aposto explicativo
- D. uma oração intercalada
- E. uma oração adverbial deslocada

12. No trecho: “e levar à perfuração do olho”, a regência verbal foi empregada de acordo com a norma culta. Assinale a alternativa que houve um desvio em relação aos princípios da regência.

- A. Os médicos chegam a um consenso dos riscos cirúrgicos com a ceratopigmentação.
- B. As ambições estéticas implicam, muitas vezes, o comprometimento da saúde.
- C. Certos pacientes não respeitam às orientações médicas quanto ao risco da cirurgia.
- D. A estética a que muitos aspiram não minimiza os riscos da cirurgia para o paciente.
- E. Os cuidados com a saúde lembram os perigos de uma cirurgia estética não indicada.

13. Analise os enunciados a seguir e indique a alternativa incorreta:

- A. Em: “apenas sob estrita recomendação médica.”, a conjunção sublinhada indica uma posição hierárquica.
- B. Em: “como o mapeamento de retina e a cirurgia de catarata.”, o termo destacado é uma preposição com função de exemplificação.
- C. Em: “sejam amplamente discutidas”, o verbo grifado está flexionado no presente do modo subjuntivo.
- D. Em: “base em conhecimento técnico e científico”, as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra.
- E. Em: “quando não há indicação de evisceração”, o verbo grifado, nesse contexto, é impessoal, conjugado no presente do modo indicativo.

14. Nos trechos: “Quanto à infraestrutura do local” e “sejam observados cuidados de biossegurança”, os termos destacados são escritos adequadamente sem o emprego do hífen. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo com a ortografia correta:

- A. mini-cirurgia
- B. semiinterno
- C. hiper-sensível
- D. recémchegado
- E. micro-organismo

15. Quanto aos enunciados a seguir, analise-os e indique a alternativa correta.

- A. No trecho: “são poucas as evidências científicas”, o verbo encontra-se na terceira pessoa do plural, concordando com o sujeito simples ‘poucas’.
- B. No trecho: “visto que a lente também interfere na biologia lacrimal”, a locução conjuntiva destacada pode ser substituída, sem alterar o sentido, por ‘de modo que’.

C. Em: “trata-se de um ato médico invasivo”, o verbo grifado possui uma concordância indiferente, podendo também pluralizar-se na terceira pessoa: ‘tratam-se de um ato invasivo’.

D. Nos trechos: “medidas que possam trazer impacto na saúde ocular” e “manchas brancas que acometem os olhos”, os vocábulos sublinhados introduzem orações de valor restritivo.

E. Nos fragmentos: “para alterar sua coloração” e “refere-se apenas à coloração”, os verbos destacados exigem o mesmo tipo de complemento.

## 25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação, exceto:

- A. Pregão
- B. Diálogo competitivo
- C. Concurso
- D. Leilão
- E. Convite

17. No tocante aos crimes cometidos em licitações e contratos, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a conduta de “Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei” corresponde a pena de:

- A. Reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- B. Reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
- C. Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
- D. Detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.
- E. Reclusão, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

18. No tocante à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável na forma da Lei nº 14.133/2021, é incorreto afirmar:

- A. Deverá ser precedida de análise jurídica.
- B. Quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.
- C. Poderá ser aplicada cumulativamente com a sanção de multa.
- D. Requerer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- E. Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 5 (cinco) anos.

19. O crime denominado pela Lei nº 14.133/2021 como “Perturbação de processo licitatório” se refere à seguinte conduta:

- A. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- B. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório.
- C. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante entrega de uma mercadoria por outra.
- D. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo.
- E. Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.

20. Estão dentre os documentos que deverão instruir o processo de contratação direta, de acordo com a normativa estabelecida na Lei nº 14.133/2021, exceto:

- A. Autorização da autoridade competente.
- B. Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- C. Razão da escolha do contratado.
- D. Edital.
- E. Justificativa de preço.

21. A respeito da formalização dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021, analise os itens a seguir:

- I. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- II. Os contratos serão regulados pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- III. Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo de licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.
- IV. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- V. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- B. Apenas os itens IV e V estão incorretos.
- C. Apenas os itens I e II estão incorretos.

- D. Há apenas quatro itens corretos.
- E. Todos os itens estão corretos.

22. De acordo com a Lei nº 14.133/2001, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- A. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta e 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.
- B. 20 (vinte) dias úteis, no caso de contratação direta e 10 (dez) dias úteis, no caso de licitação.
- C. 15 (quinze) dias corridos, no caso de contratação direta e 30 (trinta) dias corridos, no caso de licitação.
- D. 05 (cinco) dias úteis, no caso de contratação direta e 15 (quinze) dias úteis, no caso de licitação.
- E. 10 (dez) dias corridos, no caso de contratação direta e 20 (vinte) dias corridos, no caso de licitação.

23. Acerca da tutela dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir em V para verdadeiro e F para falso.

- ( ) Basta a voluntariedade do agente para a configuração do dolo.
- ( ) Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador são aplicáveis ao sistema da improbidade disciplinado na LIA.
- ( ) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas gera a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- ( ) O rol de condutas tipificadas como atos de improbidade administrativa contido na LIA é considerado como rol taxativo.
- ( ) Os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual estão sujeitos às sanções da LIA, independentemente de tais entidades integrem a administração direta.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. F, V, F, F, V.
- B. F, V, V, V, V.
- C. V, F, F, V, V.
- D. V, F, V, F, F.
- E. V, V, V, V, V.

24. A respeito do que dispõe a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é incorreto afirmar:

- A. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- B. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- C. As disposições da LIA são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

- D. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- E. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, não sendo cabível a sua responsabilização na esfera civil.

25. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo:

- A. 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
- B. 120 (cento e vinte) dias úteis, recomeçando a correr após a sua conclusão.
- C. 180 (cento e oitenta) dias úteis, recomeçando a correr após esgotado o prazo de suspensão.
- D. 120 (cento e vinte) dias corridos, recomeçando a correr após esgotado o prazo de suspensão.
- E. 150 (cento e cinquenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.

26. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado pedido de indisponibilidade de bens dos réus. Sobre essa medida, é incorreto afirmar:

- A. O pedido poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, e tem o objetivo de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- B. O pedido de indisponibilidade de bens somente será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.
- C. O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- D. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, incidindo sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- E. O pedido de indisponibilidade de bens poderá ser formulado independentemente da representação ao Ministério Público.

27. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa segue ao seguinte regramento, exceto:

- A. As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da LIA.
- B. As provas produzidas perante os órgãos de controle e as correspondentes decisões deverão ser consideradas na formação da convicção do juiz, sem prejuízo da análise acerca do dolo na conduta do agente.
- C. A aplicação das sanções previstas na LIA depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas
- D. Os atos do órgão de controle interno ou externo serão considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público.
- E. A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata a LIA, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 Código de Processo Penal.

28. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, §8º, estabelece que: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.” Trata-se do princípio do(a):

- A. Anualidade
- B. Exclusividade
- C. Legalidade
- D. Universalidade
- E. Orçamento bruto

29. O Município “X” alienou determinado bem. Essa receita proveniente da alienação do bem deve ingressar no seu orçamento como sendo de qual natureza?

- A. Receita Corrente
- B. Receita de Capital
- C. Receita Intraorçamentária Corrente
- D. Receita Intraorçamentária de Capital
- E. Receita Patrimonial

30. A fase de lançamento da receita pública consiste em:

- A. Estimar a arrecadação da receita para o exercício financeiro.
- B. Identificar a procedência do crédito fiscal, verificando seu fato gerador, identificando o seu devedor e o valor devido.
- C. Pagamento realizado pelo devedor ao estado.
- D. Repassar o valor arrecadado pela rede autorizada à conta do Tesouro.
- E. Fixar da estimativa da despesa.

31. Sobre os créditos extraordinários, é incorreto afirmar:

- A. Devem indicar as fontes de recursos e a exposição de motivos.
- B. Poderão ser reabertos no exercício seguinte quando forem abertos no último quadrimestre do exercício.
- C. Não necessitam de lei prévia.
- D. São abertos por meio de decreto do executivo.
- E. Não necessitam de prévia autorização do legislativo.

32. Sobre restos a pagar é correto afirmar, exceto:

- A. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro são inscritas em restos a pagar.
- B. Os restos a pagar não processados são as despesas que foram empenhadas e liquidadas, mas não foram pagas até 31 de dezembro.
- C. A inscrição de restos a pagar deve ser realizada considerando as disponibilidades financeiras, a fim de evitar qualquer déficit financeiro em relação à fonte ou destinação de recursos.
- D. Os valores inscritos como restos a pagar são considerados como dívida fluante.
- E. Os valores inscritos como restos a pagar reduzem o montante do superávit financeiro do exercício, pois compõem o passivo financeiro.

33. A Constituição Federal estabelece uma série de vedações no tocante aos orçamentos públicos. Dentre tais vedações está incorreto o que se afirma em:

- A. É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- B. É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- C. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, inclusive as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.
- D. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- E. É vedada a criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.

34. Analise os itens a seguir:

- I. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocu-

pação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

- III. A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- IV. As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- V. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I, II e V estão corretos.
- B. Apenas os itens IV e V estão incorretos.
- C. Apenas os itens I e II estão incorretos.
- D. Há apenas quatro itens corretos.
- E. Todos os itens estão corretos.

35. Acerca da Lei Orçamentária Anual, não se pode afirmar:

- A. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- B. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- C. O projeto de lei orçamentária anual conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- D. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- E. A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei.

36. Assinale a alternativa incorreta quanto à renúncia de receita:

- A. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.
- B. A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- C. Não se considera renúncia de receita o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- D. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só pode ser feita mediante lei específica.
- E. A renúncia está associada ao aspecto da receita, e não da despesa.

37. De acordo com a legislação pátria vigente, a vacância do cargo público decorrerá de:

- I. Demissão
- II. Provisão
- III. Promoção
- IV. Transferência
- V. Readaptação

Assinale a única alternativa correta:

- A. Estão corretos os itens I, II, III e IV, apenas.
- B. Estão incorretos os itens II, III e IV, apenas.
- C. Estão corretos os itens I, III e V, apenas.
- D. Estão corretos os itens III, IV e V, apenas.
- E. Todos os itens estão corretos.

38. Dar-se-á mediante pedido do servidor público efetivo, ou de ofício quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido. Trata-se de hipótese de:

- A. Demissão
- B. Exoneração
- C. Readaptação
- D. Ascensão
- E. Remoção

39. Acerca das regras constitucionais de repartição de receitas tributárias, julgue os itens com V para Verdadeiro e F para Falso: Pertencem aos Municípios:

- ( ) A totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- ( ) A metade do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios
- ( ) A metade do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- ( ) A metade do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

Assinale a única alternativa que indique corretamente a sequência de respostas correspondentes:

- A. V, V, V, V.
- B. V, F, V, V.
- C. F, V, F, V.
- D. V, V, F, V.
- E. V, V, F, F.

40. Acerca das normas constitucionais sobre as Finanças Públicas, julgue os itens a seguir com V para verdadeiro e F para falso:

- ( ) A competência da União para emitir moeda deverá ser exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- ( ) É de competência exclusiva do Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional, a qualquer órgão ou entidade públicos, bem como às instituições financeiras.
- ( ) A prática de comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional por parte do Banco Central com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros é vedada pela Constituição Federal.
- ( ) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, deverão ser depositadas no Banco Central.
- ( ) A gestão das contas públicas no âmbito do Banco Central deverá ser compartilhada entre o Conselho Contábil e Financeiro do Banco Central – CCFBACEN, e o chefe do executivo de cada ente da federação, sendo o primeiro eleito em cada um dos dois biênios coincidentes com o mandato deste último.

Assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- A. F, F, F, F, F.
- B. V, F, F, F, F.
- C. V, F, V, F, F.
- D. V, V, V, F, F.
- E. V, F, F, F, V.